

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO
MODALIDADE: DISPENSA 7/2017-006FME

A Sr^a **LUCELMA ANTONIA DE OLIVEIRA**, Coordenadora do Controle Interno, solteira, residente e domiciliada rua João Cavalcante nº 752, Bairro Centro, no município de Vitória do Xingu-PA, responsável pelo Controle Interno. Declara para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, nos termos do § 1º, do artigo 11, da Resolução nº 11.410/TCM de 25 de Fevereiro de 2014, que analisou integralmente o processo nº 7/2017-006FME, referente a licitação modalidade DISPENSA, tendo por objeto O Presente processos visa atender à solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para a contratação de CONSULTORIA VOLTADO PARA O DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL, PARA O ESBOÇO DO PLANO DE CONCURSO PARA SERVIDORES E PARA FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA O USO DO SIMEC, VOLTADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU-PA., com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e Contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme improbidades ou ilegalidades enumeradas no Parecer do Controle Interno, encaminhado como anexo.

DECLARA, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação do Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o parecer.

VITÓRIA DO XINGU-PA, 01 de junho de 2017.

LUCELMA ANTÔNIA DE OLIVEIRA
Coordenadora do Controle Interno